



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência de **Manuel Salgado**, em substituição o **Presidente da Mesa** Laurentino Dias, a **Primeira Secretária** – Sílvia Soares e o **Segundo Secretário** – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Francisco Manuel Figueira de Lemos, pelo período de vinte dias, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão e pelo período de cinco dias, Carlos Rogério Oliveira Rodrigues, todos eleitos pelo PS; pelo período de trinta dias, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez, Natália Fernandes Leite e António Augusto Antunes Novais, todos eleitos pelo PSD e pelo período de trinta dias, Alexandre Daniel Freitas Peixoto e José Miguel Durães Carvalho Soares Silva, ambos eleitos pelos IPF.-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Ardegão, Arnozela e Seidões, pelo Tesoureiro José Mário Freitas, e a Freguesia de Quinchães, pela Tesoureira, Celeste Antunes.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Por fim, foi anunciado os pedidos de renúncia de mandato, apresentado por Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira e Rita Isabel Carvalho Cunha, ambas eleitas pelos IPF.-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e oito Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que, querendo, o consultassem.--



[Handwritten signature]

-----Depois, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de um voto de congratulação e louvor à equipa de juniores, na modalidade de futsal feminino do Grupo Nun'Alvares, apresentado pelo PSD, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----De seguida, um voto de congratulação e louvor à Associação Desportiva de Fafe pela subida à LEDman LigaPro, subscrito por todos os Grupos Parlamentares, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----Prosseguiu, com um voto de congratulação e louvor às atletas Helena Antunes e Telma Pereira, do Grupo Nun'Alvares, subscrito por todos os Grupos Parlamentares, que foram convocadas para o estagio de preparação da Seleção Nacional de Futsal Feminino Sub-17, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----De seguida, um voto de congratulação e louvor ao árbitro Fafense Jorge Ferreira, subscrito por todos os Grupos Parlamentares, que foi classificado como o quinto melhor da Liga Portuguesa de Futebol, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----Prosseguiu-se com um voto de congratulação e louvor à equipa fafense BTT-DHI dos Restauradores da Granja/Centro Óptico de Fafe, subscrito por todos os Grupos Parlamentares, que se sagrou Campeã Nacional 2016, bem como aos atletas Filipa Peres, Diogo Pinto e Maurício Conceição, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----

-----De seguida, um voto de louvor, apresentado por todos os Grupos Parlamentares, à equipa de patinagem do Grupo Nun'Alvares pela conquista do título de campeã nacional no Campeonato de Show e Precisão em pequenos grupos, em Precisão Júnior e em Grupos juvenis, tendo-se procedido à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, ***foi aprovado, por unanimidade.***-----



-----Um voto de congratulação e louvor ao Pároco de Revelhe, apresentado por todos os Grupos Parlamentares, que foi Campeão Europeu de Futsal pela Equipa da Igreja.-----

-----Colocado a votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, foi apresentado um voto de pesar, por todos os Grupos Parlamentares, pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Quinchães, Carlos Fernandes, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, **foi aprovado, por unanimidade, tendo se guardado um minuto de silêncio em sua memória.**-----

-----Por fim, foi apresentado um voto de recomendação pelo Grupo Parlamentar dos IPF, sobre a redução do IMI em função do número de dependentes, tendo-se de imediato procedido à sua leitura.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que iria, tal como aconteceu da última vez, abster-se, dado que a proposta apenas levava em conta o número de dependentes e nada dizia sobre os rendimentos da família, uma vez que a mesma poderia ter vários dependentes mas ter rendimentos muito elevados ou não ter dependentes e não ter rendimentos. -----

-----Usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para esclarecer, tal com o já tinha dito no ano passado, ao deputado Alexandre Leite, que se a lei não estava correta, tinha que ser discutida em sede própria e não nessa Assembleia.-----

-----Colocada a votação, foi **aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Fez uso da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelos IPF, para perguntar ao Presidente da Câmara, uma vez que tinha lido na comunicação social que a Assembleia de Freguesia de Fafe tinha deliberado, por unanimidade, solicitar à Câmara a cedência da chamada “Escola do Santo” para instalação da Junta de Freguesia, se tinha conhecimento e se já tinha tomada alguma decisão. Prosseguiu dizendo que, após a instalação do estabelecimento de restauração e bebidas do outro lado da via circular que cativava essencialmente a juventude, a travessia desse local



que, já o era, iria ser ainda mais problemática, pelo que alertou para que rapidamente se encontrasse uma solução.-----

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues** eleito pelo PSD, para dizer que uma das maior conquista da revolução de abril, tinha sido a criação do poder autárquico, a eleição para esses órgãos representativos do poder local, a relação de proximidade e o conhecimento profundo das necessidades das populações tinha sido a grande alavanca para o desenvolvimento das freguesias e concelhos, mas todos aqueles que eram democraticamente eleitos tinham responsabilidades acrescidas, pois eram lhe exigidas cumprir e fazer cumprir a lei. Prosseguiu dizendo que a defesa do interesse e bens públicos em detrimento de interesses particulares ou privados, deviam-se cumprir com ética e moral os cargos para os quais tinham sido eleitos. Tinha sido eleito vereador pelo PSD, para o mandato de 2005 a 2009, tendo procurado honrar e defender todos esses compromissos que deviam nortear os eleitos para os cargos públicos, lutou pela demolição de um muro de vedação construído em caminho público no lugar e freguesia de Queimadela e, por deliberação do executivo municipal, tinha sido ordenada a demolição coerciva desse muro, sendo resposta a legalidade e defesa dos bens e interesses públicos. Passados oito anos, o mesmo proprietário voltava a construir o mesmo muro, no mesmo local, cometendo as mesmas ilegalidades de anos atrás, as únicas coisas que mudaram foi a esposa do proprietário ser eleita secretária da Junta de Freguesia de Monte e Queimadela, nestas últimas eleições. Referiu que o Executivo Camarário deixou de ter os protagonistas de então, passando a ter os actuais, indagando se o executivo camarário entre os anos 2005 a 2009 era estúpido por ter ordenado demolir o muro. Em caso afirmativo, perguntou qual o porquê de o proprietário não ter recorrido dessa decisão. Indagou se o atual executivo seria mais esperto do que o executivo anterior, por ter licenciado o muro, opondo-se à demolição coerciva do anterior executivo. Perguntou se não estaria a haver uma situação de convivência que daria aval a uma situação de ilegalidade. Referiu que, enquanto membro eleito daquela Assembleia e como defensor da legalidade e de bens públicos, tinha apresentado em 14 dezembro de 2015, na Câmara Municipal, uma exposição acerca do referido muro de vedação, no lugar e freguesia de Queimadela, e, no dia 17 de Dezembro de 2015, recebeu um e-mail com um despacho proferido pelo



Senhor Vereador do Planeamento e Urbanismo, Eugénio Marinho, com o teor: “A construção do muro foi por mim autorizada na sequência de uma comunicação efetuada pelo proprietário, e, que antes disso, me deslocuei ao local, acompanhado pelo Presidente de Junta e que o prédio estava vedado com arbustos e arames”. Foi autorizada a construção do muro, no mesmo local onde estavam os arbustos e arames e que a posição, por ele assumida, mereceu também o parecer favorável do Sr. Presidente de Junta, que considerou que a obra beneficiava toda a envolvente. No dia 2 de Maio de 2016, tinha requerido ao Presidente da Assembleia Municipal, para que o Executivo Municipal lhe disponibilizasse todo o procedimento que culminou com a autorização por parte da Câmara Municipal, para a construção do muro. No entanto, decorridos mais de dois meses, não lhe tinham sido fornecidos os elementos solicitados. Solicitou ao Presidente da Câmara que em nome da legalidade, defesa e interesse de bens públicos, tomasse as providências necessárias para a demolição do referido muro.-----

-----Posteriormente, solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, que iniciou a sua intervenção falando sobre a notícia de que iria ser renovado o Largo 1.º de Dezembro, alertando que a Assembleia tinha recomendado, há mais de um ano, que a Câmara pedisse a classificação do arvoredor centenário, pelo que solicitou esclarecimentos. Pretendia saber, também, se o projeto preservava e valorizava esse património. Prosseguiu, referindo-se ao degradado estado das instalações da Piscina Municipal, questionando sobre o projeto que existia para as mesmas. Terminou, perguntando se a Câmara tinha conhecimento e, o que pretendia fazer, uma vez que o valor que foi entregue à Associação Desportiva de Fafe, e que era destinado à natação, tinha sido utilizado para o futebol.-----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova**, que começou por felicitar a Câmara pelo êxito do evento do Rally de Portugal, em Fafe, quer em termos de organização, quer em termos de logística, a quem chamava de Rally de Fafe, tecendo alguns comentários quanto a denominação do mesmo, nomeadamente a “Lameirinha”, uma vez que essa localidade pertencia a Celorico, pelo que apelou à divulgação do “Rally de Fafe”, como marca. Felicitou a nova Ministra de Justiça pela receptividade que tem tido para com os autarcas,



nomeadamente, com o de Fafe e indagou quais eram as valências que podiam voltar ao Tribunal de Fafe, nomeadamente, uma Instância Central de Família e Menores, que abrangesse a área de municipal de Fafe, Cabeceiras e Celorico de Basto. Perguntou, ainda, se paralelamente à criação da Instância Central de Família e Menores, se a realização dos julgamentos da Instância Central Cível e da Instância Central Criminal poderiam ser realizados no Tribunal de Fafe, dado que, para os julgamentos da Instância Central Cível se deslocassem para Fafe, apenas obrigaria a que o Juiz se deslocasse de Guimarães para Fafe, ao invés, de todo o elenco se deslocar para Guimarães. Aproveitou, ainda, para sugerir ao Presidente da Câmara a aquisição ao Ministério da Justiça das duas habitações desabitadas e que se encontram a degradar-se, as casas dos Magistrados, na Avenida das Forças Armadas, à imagem do que tem sido feito noutros Municípios. Finalmente, referiu que se começava a notar uma degradação das vias municipais, nomeadamente na sua Freguesia, as quais careciam de tapete novo e de pinturas, que não eram objeto de intervenções há muitos anos e das suas implicações.-----

-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pelo PS, que iniciou a intervenção por elucidar o anterior interveniente de que a Câmara era um mero parceiro organizativo do Rally de Portugal e não lhe competia determinar o nome do troço de Rally, parabenizando-o pelo “bairrismo”. Elogiou a organização por parte da Câmara Municipal, em nome do Partido Socialista, na pessoa do Vereador Vitor Moreira. Realçou o destaque na imprensa nacional e internacional do Rally de Portugal em Fafe.-----

-----Solicitou, também, a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído**, para discordar da intervenção anterior, então se Fafe pagava tanto dinheiro, fazia tanto investimento e não tinha o direito de exigir o nome. Era seu entendimento que Fafe devia ter voz nessa matéria, concordando com o colega da Freguesia de Moerira de Rei e Várzea Cova, que o Rally não podia ser chamado de Lameirinha, porque era Celorico de Basto, pelo que entendia de se devia mudar alguma coisa relativamente a este assunto. Deixou uma palavra de apreço às suas duas equipas de futsal, que participaram no Campeonato de Fustal Popular de Fafe, uma pela segunda vez consecutiva, ganhou a taça disciplina, este ano, quer nos campeonatos de



veteranos, quer em seniores, pelo que, para as muitas pessoas, que diziam que a gente do norte eram isto ou aquilo, eram um exemplo de desportivismo, solidariedade, saber estar no desporto, sabendo perder, por vezes com grandes goleadas. Teceu algumas consideração sobre o fato, de na ultima assembleia em que tinha estado presente, ter feito uma pergunta ao Presidente da Câmara sobre o lixo, bem como à Vereadora Helena Lemos, a qual ainda não tinha obtido resposta. Realçou que continuava a discordar que os emigrantes não teriam vinte euros para pagar o lixo, em relação a outras pessoas que, apenas tinha uma reforma de miséria e, esses, não eram contemplados com um desconto. Em relação às estradas, estava de acordo com o que tinha sido referido pelo Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova, entendia que o Vereador Vitor Moreira, honra lhe fosse feita, tinha conseguido que o Presidente da Câmara aceitasse, neste caso, transferir as verbas das outras estradas, exceto as municipais, não fossem protocoladas com as Juntas de Freguesia, para que as limpezas fossem feitas. No entanto, o que se verificava era que as bermas das estradas municipais estavam muito más, dando como exemplo, o Rally, que tinha acontecido há pouco mais de dois meses, tendo havido o cuidado de se fazer a limpeza até à Lagoa, a partir daí já não era Fafe, a vegetação ocupava quase a estrada na sua totalidade, o que acontecia todos os anos. Prosseguiu, dizendo que não eram só as marcações, onde as Águas do Noroeste tinham intervindo o pavimento estava em muito mau estado, a estrada municipal 614 entre Rossas e Fafe, principalmente até à Escola de Revelhe era uma miséria, e lembrou, como alias já era do conhecimento do Presidente, junto ao passadoiro existia um desnivelamento de cerca de dois centímetros, o que era inacreditável. Os carros que por lá circulavam sentiam uma enorme vibração, mesmo a velocidade reduzida, podendo ocorrer acidentes. Relativamente ao Rally, como era óbvio dava os parabéns à Câmara pelo evento, que era excelente para Fafe, marca de referência para Fafe, deixando um conselho que se prendia com o fecho de um troço entre Rossas e a Lagoa às duas da manhã, e era inacreditável que nenhum Presidente de Junta tivesse sido ouvido em relação às alternativas para as pessoas chegarem aos seus destinos. Tinham recebido centenas de pessoas em Rossas que se recusavam andar nove quilómetros à pé para ir para o Salto, e que diziam que assim sendo iam para o troço de Vieira do Minho. Existiam alternativas que poderiam ser benéficas até



para que as pessoas chegassem aos troços mais facilmente. Teve concidadãos que moravam a três quilómetros do Salto que tiveram de sair de casa à meia noite, por mais tarde não conseguir passar. Por último, falou da Escola da Lagoa, o Presidente da Câmara já lhe tinha dito que este assunto iria ser resolvido, no entanto continuava tudo igual, mais lhe parecia um problema pessoal e, se assim fosse, deixava de ser presidente para que a escola fosse devolvida ao povo da Lagoa. Entendia que era eles que deviam beneficiar desse espaço. -----

-----Usou da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens** para dizer que lamentava muito que se falasse no troço da Lameirinha, até que, para quem não soubesse existia, na sua freguesia, uma rua denominada “Rua da Lameirinha”. Falou da possibilidade de existir cartões para os moradores da freguesias onde o Rally passava, para poderem ir para a sua habitações. Teceu vários comentários políticos.-----

-----Solicitou, novamente a palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para dizer que existiam três pontos no Rally, que eram o salto da Casa do Penedo, o Confurco e o Salto da Lagoa, isto era o que tinha que ser vendido, na sua freguesia tinha se vendido muito, os cafés e pastelaria tinham estado abertos toda a noite, bem como o comércio. Ele próprio tinha sido abordados em Moreira de Rei por vários estrangeiros que pretendiam saber era onde ficava o confurco, uns, e o salto, outros e não queriam saber da Lameirinha.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** para assinalar os vinte anos do Centro Social e Paroquial de Revelhe cujo atual presidente era Padre José Miguel, já aqui referido, instituição que há quatro anos tinha passado por uma crise, mas que felizmente hoje já estava ultrapassada.-----

-----Usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelo IPF, para dizer, tal como já tinha referido o deputado Alexandre Leite, a piscina municipal estava obsoleta.-----

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção dizendo que o Rally de Portugal, efetivamente, era um evento fabuloso com projeção internacional, custava centenas de milhares de euros à Câmara e ainda não tinha visto ninguém preocupado, até ao dia de hoje, em fazer uma avaliação dos custos/benefícios desse evento. Não sabia se trazia muitos turistas a Fafe,



qual era o consumo que faziam, ou o que os comerciantes locais diziam sobre o mesmo, se tinham faturado muito ou pouco, no fundo qual era a mais valia que trazia a Fafe, pelo que era o que pretendia saber.-----

-----Por fim, foi dada a palavra a **Raquel Manuela Salgado Sousa**, eleita pelo PS, para realçar o alerta que já tinha sido feito sobre a passagem dos peões na via circular, que não era uma circular, uma vez que a mesma terminava nos semáforos perto da rotunda dos bombeiros e dessa rotunda até aos outros semáforos era conhecida por rua de França, em que existiam pelo menos uma habitação com a entrada principal para essa rua, a passagem sempre tinha sido feita por aí, e claro após a abertura do estabelecimento Cachorão, aumentou o número de pessoas a passar no local, mas sempre no mesmo local, pelo que sugeriu que fossem tomadas medidas, nomeadamente no que respeitava o limite de velocidade, no local.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos sobre:-----

- Relativamente à cedência da Escola do Santo à Junta de Freguesia de Fafe, existiam deliberações do executivo anterior e dessa Assembleia no sentido de que essa escola tivesse outro destino e era obrigação deste executivo, honrar os compromissos já assumidos;-----

- Sobre os alertas da travessia da via circular, tinham a noção do perigo que representava a mesma, mas entendia que a separação das duas faixas com uma rede, que impedisse as pessoas de passarem de uma lado para outro, obrigando, dessa forma, à utilização das passadeiras, faziam parte do plano de obras para este ano, estava a correr o processo, esperando que rapidamente se possa concretizar;-----

- No que dizia respeito ao muro de Queimadela, confiava inteiramente nos seus colaboradores/vereadores;-----

- Sobre o Largo 1º de dezembro, o que estava planeado, era a recuperação desse largo e abertura daquela rua que passava pelas traseiras da Indaqua, tendo dado orientações aos serviços para que salvaguardasse as árvores, as mesmas já tinham sido observadas pelo ICNF, não estando, ainda, o processo encerrado. De qualquer forma, iam tentar fazer o possível para manter as duas maiores no local;-----



f
f

- Relativamente à piscina municipal, existia um problema complicado, tinham muita vontade em fazer uma nova, Fafe tinha sido das primeiras cidades a ter piscina, pelo que não queriam cair na tentação de pensar que como se ia fazer de novo, não valia a pena estar a investir. Tinham umas candidaturas quer a eficiência energética, quer por via do plano para regeneração urbana, procurou-se reservas, já com algum volume, para investir na piscina;-----

- Sobre os apoios à natação, era uma preocupa o dos seus dirigentes, o que ele sabia era que as coisas estavam bem e que o dinheiro não teria sido desviado, até porque o valor dado para esta modalidade eram trocos comparando com o Futebol;-----

- Relativamente ao tribunal e como já tinha sido dito e muito bem, tinha estado com a Ministra que tinha mostrado abertura no sentido de reclassificar o Tribunal de Fafe, através da cria o de instância central de família e menor, não transferindo a de Guimarães para Fafe, mas sim criando mais uma e, com condi oes para que os julgamentos de coletivo pudessem realizar-se em Fafe, também. Estes assuntos já tinham tido grandes desenvolvimentos, quer através da visita da Ministra, quer do Secretário de Estado e do Diretor Geral das Constru oes do Ministério da Justiça. Entretanto o diretor tinha solicitado que fosse feita uma pausa. No entanto, tinha falado com a Secretária de Estado da Moderniza o Administrativa para tentar criar uma loja do cidadão. Teve conhecimento que o Ministério da Justiça tinha andado em Fafe   procura de instala oes para mudar o registo, uma vez que o registo predial não tinha boas condi oes de funcionamento. Era precisava libertar o espaço do registo civil para poder ter condi oes de acolher o Tribunal de Família e Menor;-----

- Sobre as pinturas das estradas, disse que o concurso estava a decorrer, era um concurso de aproximadamente oitenta e quatro mil euros, para fazer marca oes e pinturas no concelho. Era verdade que as estradas municipais estavam degradadas dado que há muito tempo que não sofriam interven oes. Existiam já vários concursos para arranjo das que estavam em piores condi oes como Silvaes S. Clemente e Passos. Referiu que já tinha mandado colocar uma placa a dizer que a Ponte de Passos não era da responsabilidade da Câmara;-----

- Relativamente   questão colocada sobre a taxa de lixo dos emigrantes, disse que o regulamento era condicionado pelo ERSAR e que nada poderia ser alterado sem a sua



prévia autorização. No entanto, explicou que os emigrantes iriam sempre pagar a taxa fixa, e que apenas iriam pagar a taxa variável dois meses no ano. E em relação às famílias carenciadas existiam tarifas sociais, tendo sido uma das coisas que sempre tinha insistido;-----

- Em relação à escola da Lagoa, tanto o Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova como o Presidente da Freguesia de Aboim, Gomtin, Felgueiras e Pedraído, conheciam a sua opinião;-----

- Sobre a questão do Rally, disse ser inquestionável de que era uma mais valia para Fafe, o que permitia uma maior divulgação deste terra. Existiam estudos económicos feitos pelo ACP em que era demonstrada, para cada um dos municípios intervenientes, a mais valia existente em termos económicos. Prosseguiu dizendo que o retorno económico era muito vantajoso, existiam ganhos indiretos como o projeção de Fafe e da sua marca, o que considerava muito importante. Tinha havido muito trabalho no sentido de se aproveitar a questão do Rally e não só, para que fosse possível tirar mais proveito económico.-----

-----Foi solicitado pelo **Presidente da Câmara**, para esclarecer sobre a questão do muro em Queimadela, pelo **Vereador Eugénio Marinho** foi dito que não tinha desempenhado cargos autárquicos nos últimos dois mandatos, pelo que desconhecia totalmente o que se tinha passado nessa altura, até porque era advogado da Junta de Freguesia de Queimadela e que nunca lhe tinha colocado este assunto. Prosseguiu dizendo que existiam muitos processos que antes da entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal tinham sido indeferidos, e neste momento, se entravam aprovados. Neste caso, não se tratava de uma obra sujeita a licenciamento, era uma obra de escassa relevância urbanística pelo que isenta de controlo prévio, pelo que dependente de uma mera comunicação, no termos de artigo 6º e 6ªa), do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Estava se a falar de um muro confinante com a via pública até 1,20 metros onde o requerente tinha de declarar que era proprietário do terreno em causa e que pretendia executar o muro. No entanto, tinha existido um cuidado maior, ele próprio tinha-se deslocado ao local onde encontrou uma vedação em arbustos, o terreno estava devidamente vedado, tendo o Presidente da Junta atual estado com ele no local. Entendia que substituir a vedação existente em sebes, no âmbito das obras de



1

escassa relevância urbanística, não fazia diferencia nenhuma. Para terminar, existia a questão de outro muro, em que a Junta de Freguesia de Monte e Queimadela, durante o procedimento, tinha vindo dizer que o terreno era público, pelo que imediatamente foi suspenso. Existia agora uma ação intentada pela Junta contra a pessoa que começou a executar o mesmo, pelo que o processo estava parado até decisão do Tribunal. Neste caso concreto, tratando-se de um caminho vicinal, o assunto deveria ser tratado na Junta e Assembleia de Freguesia e caso a Assembleia de Freguesia viesse dizer à Câmara que aquele procedimento estaria incorreto, obviamente que a Câmara teria de atuar e verificar se o proprietário prestou declarações verdadeiras ou falsas. No entanto, se os órgãos da freguesia não tinham atuado, existia a ação popular, qualquer pessoa tinha um instrumento jurídico ao seu dispor que lhe permitia dizer que não concordavam e recorrer à via judicial.-----

-----Solicitou a palavra, novamente, o **Presidente da Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído** para dizer que sabia a opinião que o Presidente da Câmara lhe tinha transmitido na altura e era favorável, mas não sabia se o seu colega de Moreira de Rei e Várzea Cova o sabia ou se tinha alguma informação privilegiada que ele desconhecia. Entendia que o Presidente da Câmara deveria dar uma explicação a todos os presentes sobre a situação da Escola da Lagoa. Era um assunto que já se arrastava há muito tempo, sendo já vergonhoso.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para esclarecer ao Vereador Eugénio Marinho que este caso era diferente dos outros porque tinha um procedimento anterior, se tivesse consultado os antecedentes, teria verificado que tinha sido demolido por estar em caminho público, pelo que já possuía uma decisão do executivo anterior e agora o Senhor Vereador vinha revogar a mesma.-

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **Ponto dois ponto dois – Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse**



B

público municipal de uma atividade pecuária, sita na Avenida de S. Pedro, nº 29, Monte e Queimadela, requerida por Maria Macedo;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa à declaração de interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua Moinho Velho, nº 20, Aboim, requerida por Vera Lúcia Martins Gonçalves;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para que dizer que, tal como o ponto 2.5, resultavam de uma obrigação legal da nova legislação que orientava a questão da contabilidade municipal que tinha que ser a Assembleia Municipal a assumir compromissos plurianuais, no caso deste Regulamento, em muitos casos obrigava a assumir despesa no ano seguinte.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Componente Letiva – Fornecimento de Refeições (1º Ciclo e Pré-Escolar) e Fornecimento de um Lanche Diário por Aluno/IPSS;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa às Contas Consolidadas de 2015;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que as contas já tinham sido apreciadas nesta Assembleia, o que era agora apresentado eram as contas



consolidadas com o respetivo parecer dos Auditores, incluído as contas da Naturfafa que era uma regi-cooperativa, na qual o Município estava representado e que já estava extinta e em processo de liquidação, sendo o seu impacto, no momento, reduzidíssimo.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para dizer que não tinham muito mais a acrescentar aquilo que já tinha sido dito na Sessão de Abril, não se querendo repetir, existia um ponto da sua última intervenção, para o qual pedia a atenção do Presidente da Câmara, as contas do Município, em 2015, apresentaram um resultado negativo, relativamente as contas individuais da Naturfafa, não de novo, os resultados, como já vinha a ser hábito, eram negativos, em 2015, o resultado liquido ficou pelos 42 mil euros, esperando que a liquidação da Naturfafa aconteça ainda este ano, terminando o seu longo e penoso caminho. Relativamente à prestação de contas de 2015, das contas consolidadas não apresentavam ou acrescentavam nada que os levassem a alteração a sua votação assumida aquando da apresentação das contas individuais em abril, pelo que a sua posição era exatamente a mesma e, em consonância com os Vereadores eleitos pelos IPF, ou seja a abstenção.----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com nove abstenções**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara de Contratação de Empréstimo a médio e longo prazo até ao limite de 1 milhão de euros para financiamento complementar do projeto “Construção de Nó de Arões – EN 206”**;-----

----- Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o que se estava a pedir era, utilizando a capacidade de endividamento do Município, a possibilidade de ser ter alguma agilidade no sentido de se andar com o processo da criação do Nó de Arões o mais rápido. Prosseguiu, dizendo que já tinham procedido à entrega da documentação da pré-candidatura, em Bruxelas, para financiamento deste nó que era de Arões/Golães. Era muito útil poder ter o conforto de ter aqui alguma almofada financeira no sentido de, primeiro, garantir o financiamento da comparticipação nacional nesta operação, não contando para o endividamento do Município, e, ao mesmo tempo, ser possível acelerar o processo, para se poder dar andamento à parte



10

burocrática, o que acontece para o ponto 2.8, relativamente ao Bairro da Cumieira. Terminou dizendo que, eventualmente, não serão precisos, se a resposta da CCDR e das instituições europeias for tão favorável com o esperavam que fosse. E se não for, não irá chegar, pelo que estavam dependentes das candidaturas.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Passou-se imediatamente para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e votação da proposta da Câmara de Contratação de Empréstimo a médio e longo prazo até ao limite de 1,5 milhão de euros para financiamento complementar do projeto "Melhoria das Condições de Financiamento de Habitação e Infraestruturas do Bairro Social da Cumieira"**;-----

-----Atendendo que o **Presidente da Câmara** já tinha explicado este ponto conjuntamente com o ponto anterior, e não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, unanimidade**.-----

-----Passou-se de seguida para o **ponto dois ponto nove - Discussão e votação da proposta da Comissão de Análise da Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais**;-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que este ponto tinha baixado à Comissão de Análise de Regulamentos que tinha aprovado a proposta da Câmara, levantou-se questão da retroatividade, tendo o Presidente da Câmara dito que ia solicitar um parecer à CCRN sobre esta matéria.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a questão que lhe tinha sido colocada era exatamente essa, a Comissão não tinha alterações a sugerir e que a única questão levantada era a legalidade da retroatividade. A Câmara já tinha aprovado essa retroatividade, os próprios serviços tinham dúvidas, e nesse sentido, se a Assembleia assim o entendesse, aprovava agora e solicitava um parecer jurídico, estando disponível para assim o fazer.-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelos IPF, para dizer que na Sessão dessa Assembleia de nove de abril, a mesma tinha deliberado, por maioria, com uma abstenção, o fato de se retificar desde já o artigo 59º com efeitos retroativos, pelo que isto já estava aprovado e não considerava isto efeito retroativo,



mas, como o Presidente da Câmara tinha dito na altura, resolver um informalidade excessiva da Câmara ou do serviço que tinha elaborado este Regulamento, ou de um lapso.-----

-----Usou da palavra, **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para dizer que tinha sido ele a levantar esta questão porque os regulamentos não podiam ter efeitos retroativos, aliás só as leis soberanas o podiam. Era o que resultava do direito administrativo, eram questões de princípios que não eram alteráveis, pelo que a Assembleia não poderia aprovar regulamentos ilegais.-----

-----Com autorização do **Presidente da Mesa**, usou da palavra o **Vereador Eugénio Marinho** para dizer que não era nenhum regulamento novo, nem nenhuma alteração ao Regulamento que produzia efeitos, existia um erro que tinha sido dos serviços que passou o novo regulamento que não incorporou o texto devido, e quando se aperceberam, deveria ter sido corrigido o erro, não se podia corrigir o erro com o prejuízo daqueles munícipes que pagaram taxas dez vezes superiores. Para ele, era uma questão de bom senso, sendo que os erros materiais eram corrigíveis a todo tempo e não podiam produzir efeitos para futuro, mas sim da origem.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que o que se pretendia era que fosse aprovada esta alteração ao regulamento, com o qual concordava, mas que não cabia a esta Assembleia a sua aplicação.-----

-----Usou, também, da palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pelos IPF, dizendo que este Regulamento tinha a retificação de um lapso, bem como outras alterações, e nada dizia sobre retroatividade, pelo que o que estava para aprovação era somente o Regulamento.-----

-----O **Presidente da Mesa** propôs que, quando houvesse reuniões de Comissão, que os deputados reunissem antes para acertar as coisas, para depois não estarem em desacordo, porque a Comissão já tinha dado o seu parecer, o qual tinha o aval de todas as forças políticas, e que agora não lhe parecia bem esta discussão. Prosseguiu dizendo que punha à consideração dessa Assembleia este Regulamento, com a sugestão à Câmara de pedir um parecer à CCDRN, pelo que não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a



ata da sessão ordinária realizada em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, tendo solicitado a palavra o **Presidente da Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído** para solicitar aos Serviços que tivessem mais atenção e que fosse transcrito tudo aquilo que ele dizia. Tinha falado da Escola da Lagoa e posteriormente do lixo, e nada tinha sido transcrito em ata.-----

-----Não havendo mais intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com três abstenções, dado não terem estado presentes na sessão.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público, na pessoa de **Fernando Miranda** para tecer alguns comentários sobre as atividades do Município.-----

-----Solicitou a palavra **Gil Soares** para dizer que tinha assistido a esta Assembleia por causa da alteração das taxas do Regulamento Municipal, pelo que perguntou à Assembleia se se tratava de uma brincadeira de crianças. Tinha uma licença para levantar que custava 7.000 euros e, com esta alteração passaria a custar 700 euros, alteração essa que já tinha sido aprovada há muito tempo e não estava a ser aplicada. Prosseguiu, dizendo, que se não fosse possível haver efeitos retroativos, então que aprovassem o que era legal, e a aplicassem, pelo que questionou sobre o prazo que era agora necessário para que as taxas comesçassem a serem aplicadas em conformidade com esta alteração. Teceu alguns comentários sobre o estado da Ponte de Passos. Perguntou quando era que iam passar a ter um Balcão Único de Atendimento condignamente. Sobre os processos OP-CIC (obras isentas de controlo prévio), disse que, de futuro poderia ser um problema grave, deu o exemplo da mudança de um telhado, que pressupunha uma obra já não muito simples, com o OP-CIC não era exigido alvará do empreiteiro, nem seguro dos trabalhadores. Por fim, disse que se tinha falado das estradas municipais, toda a gente se preocupava com as marcações, mas faziam-se estradas boas que passado algum tempo se abriam, pelo que deveria haver uma melhor fiscalização aquando da reposição do pavimento que muitas vezes deixava muito a desejar.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----



-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezasseis .- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Mauro Augusto Salvo
Silve Soccer